

O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1894)
FRANCISCO RAMEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1895-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1999)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
JULIO VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISSTUMA MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIS CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCANTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARTANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MALGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

Prioridade errada



Estudo mostra que temos transferência de renda às avessas: o Brasil gasta muito com o ensino superior para a minoria rica, enquanto oferta educação básica péssima para a maioria pobre

A educação pública brasileira costuma ser um terreno fértil de erros e inversão de prioridades que geram atrasos e desigualdades, impondo um horizonte sombrio para milhões de crianças e jovens. O estudo divulgado recentemente pela Secretaria do Tesouro Nacional (*Despesas por Função do Governo Geral*) reafirmou em números um desses equívocos. Mapeando dados consolidados até 2022, constata-se que, no ensino superior, o Brasil exibe gasto no padrão de países ricos, enquanto fica aquém em etapas da educação

básica como o ensino fundamental 2 e o ensino médio. Não difere muito nas despesas com educação infantil e fundamental 1, mas no conjunto de despesas gerais com a educação (4,49% do Produto Interno Bruto – PIB) o País fica abaixo de vizinhos da América Latina e de economias avançadas.

É importante notar, de acordo com o estudo, que o Brasil vinha ampliando sistematicamente o volume de despesas com educação entre 2010 e 2019 – de R\$ 397 bilhões para R\$ 520 bilhões no período, ainda que proporcionalmente em relação ao PIB tenha sido

verificada uma certa estabilidade entre 2011 e 2018. Entre 2019 e 2021, no entanto, iniciou-se um período de redução e, nela, a educação básica foi especialmente atingida, graças à pandemia de covid-19 e à retração que se verificou tanto nos governos estaduais e municipais quanto em nível federal. O ano de 2022 inverteu a trajetória decrescente.

Essa curva não inverte o essencial: em matéria educacional, o Brasil tem um sistema de transferência de renda e geração de oportunidade às avessas, distorção que já vem sendo apontada há bastante tempo por especialistas. Enquanto a uma esmagadora maioria pobre se oferta um péssimo ensino básico público, a minoria rica tem a seu dispor boas universidades públicas e gratuitas. Existe padrão internacional nas escolas privadas, não faltam magníficas exceções entre as escolas públicas da educação básica e há trágicos exemplos de má qualidade entre universidades públicas, mas o retrato geral é desabonador, completado e aprofundado pela defasagem do ensino técnico e profissionalizante.

Isso significa estar na contramão do que ensinam boas práticas apontadas pela literatura especializada. A lição internacional indica dois pilares essenciais: prioridade para a educação básica e a qualificação de professores. No abecedário dos erros do Brasil, falha-se em ambos.

Em setembro do ano passado, o relatório *Education at a Glance*, da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), mostrou que desde 2010 o Brasil investe menos de um terço do que os países ricos para cada aluno da educação básica pública:

US\$ 3,583 por aluno/ano, enquanto a média entre as nações desenvolvidas é de US\$ 10,949. Em contrapartida, o Brasil investe no ensino superior público quase US\$ 14,800 ao ano por aluno, o mesmo valor da média da OCDE, além de ter um dos menores percentuais de estudantes matriculados na educação profissional, considerando os 45 países analisados. Um ano antes, o *Anuário Brasileiro da Educação Básica* já apontava tendências similares.

Esse pode ser um recado particularmente útil para o presidente Lula da Silva. As primeiras gestões lulopetistas dedicaram especial atenção à ampliação de vagas no ensino superior, tanto pela abertura de novas universidades públicas federais quanto pelos incentivos às universidades particulares por meio de mecanismos como o Proni. Lula e o PT se mostram garbosos até hoje ao falar dos números exuberantes das gestões anteriores, entre novos campi universitários (181), novas universidades federais (18) e os chamados institutos federais (422). Obras e prioridades que jamais se converterão em mudança efetiva para a vida de crianças e adolescentes diante de uma educação básica que fracassa em quantidade e qualidade, na atração de recursos e na gestão.

Enquanto alunos de escolas privadas têm desempenho similar ao dos norte-americanos, a esmagadora maioria que vem da escola pública ingressa na vida profissional só com as frágeis ferramentas do ensino básico. Tal descompasso não é uma imposição do destino, e sim o resultado de más escolhas públicas. ●

Boas práticas anticorrupção

Dados comprovam o bom senso: para os sintomas da corrupção, o melhor remédio é a pressão popular por mais Estado de Direito; para a sua causa, o desenvolvimento socioeconômico

Sejam lá quais forem os questionamentos que se possam fazer em relação à metodologia do Índice de Percepção da Corrupção (IPC) da Transparência Internacional e sejam lá quais tenham sido os impactos e usos políticos da última edição, que constata um declínio da trajetória já medíocre do Brasil, dois fatos permanecem: o IPC é o mais reputado indicador de percepção da corrupção e a corrupção está entre as maiores preocupações dos brasileiros. Segundo a pesquisa *Atlas Intel* publicada no início do mês, entre os maiores problemas do País, a corrupção é o segundo mais citado (57%), só atrás do crime organizado (59%), ambos bem acima do terceiro colocado: pobreza, desemprego e desigualdade (19%). Desde novembro, as menções à

corrupção aumentaram sete pontos percentuais.

Assim, antes de matar o mensageiro, as autoridades deveriam utilizar indicadores como o IPC e outros para diagnosticar as causas da corrupção e buscar a sua cura.

Comparando-se os países do topo e da base, há uma evidente correlação entre corrupção e desenvolvimento socioeconômico. A corrupção tende a ser menor em países mais ricos, em economias baseadas no conhecimento e em sociedades mais tolerantes, plurais e democráticas. As evidências comprovam o que é intuitivo: o meio mais eficaz de combate à corrupção é desenvolver o capital humano para alavancar o crescimento econômico e fortalecer a democracia.

Mas, se esses fatores são determi-

nantes, não são definitivos. Há países em condições similares às do Brasil, como Chile ou Uruguai, muito menos corrompidos há décadas. E há outros em condições piores que evoluíram mais vigorosamente. Exemplos clássicos de progresso rápido e sustentável incluem Hong Kong, Cingapura, Libéria, Geórgia, Botswana, Estônia e Coreia do Sul.

O caso da Coreia do Sul é particularmente elucidativo. Segundo o IPC, no final da década de 90, o país tinha índices similares aos do Brasil (na faixa dos 30-40 pontos, de 0 a 100). Hoje tem índices similares aos do Chile (60-70 pontos). A evolução é corroborada por outros levantamentos.

Embora a Coreia seja considerada hoje um país desenvolvido, a transição foi relativamente recente. Como o Brasil, ela cresceu rapidamente nos anos 60 e 70 sob ações governamentais de um Estado autoritário e se consolidou como uma democracia nos anos 80. E, como no Brasil, a sociedade coreana era, e em certa medida ainda é, dividida em redes de confiança agrupadas em torno de indivíduos poderosos que competem por influência, poder, empregos e recursos públicos – em outras palavras, o capitalismo de compadrio.

Apesar de reformas ambiciosas para conter o clientelismo e promover a transparência e a responsabilização na governança corporativa, a corrupção política e empresarial ainda se faz sen-

tir. No entanto, outras reformas se mostraram bastante bem-sucedidas.

A prioridade em um processo meritocrático de recrutamento e promoção dos servidores é consensualmente considerada um fator decisivo na redução da corrupção coreana, especialmente na administração pública. A transparência e a abertura do governo foram fortalecidas por uma série de leis, especialmente rigorosas em relação à transparência do orçamento e das compras e procedimentos governamentais. Essa dinâmica foi turbinada por massivos investimentos em plataformas digitais facilmente acessíveis ao público. A Coreia tem hoje um dos maiores sistemas de licitação digital do mundo, o que ajuda a fiscalizar e excluir empresas corruptas.

Mas na Coreia, como em outros casos, a precondição do sucesso foi algum nível de liderança e vontade política de enfrentar a corrupção. A pressão da sociedade civil, por sua vez, foi decisiva para estimular essa vontade política. A comparação internacional mostra que, no combate aos sintomas da corrupção, um Judiciário e um funcionalismo autônomos, eficientes e meritocráticos, assim como a transparência e a participação popular na definição de políticas e gastos públicos, são os melhores remédios. Quanto à causa da corrupção, a melhor cura é o crescimento socioeconômico. ●

ANÁLISE E DISTRIBUIÇÃO POR REGIÃO
Pres@estado.com.br | 11 604 2718-6004
Correspondentes: Paulo Roberto de Faria

P pressreader